

Pensando a sustentabilidade: um olhar sobre a Agenda 21

Thinking over sustainability: a reflection over Agenda 21

Paulo BASSANI¹

Maria Aparecida Vivan de CARVALHO²

RESUMO

Trata-se neste ensaio de uma reflexão que permite subsidiar práticas politicamente avançadas que delineiem ações emancipadas. Nas últimas décadas, a degradação ambiental tem aumentado em níveis insuportáveis, caracterizada por diferentes estágios de desenvolvimento econômico e de ação humana, levando-nos a acreditar que medidas concretas e efetivas precisam ser tomadas no sentido de articular o crescimento das condições socioeconômicas com a sustentabilidade. Um dos caminhos teórico-práticos diz respeito à implantação da Agenda 21, contemplando normas e diretrizes para implementar ações locais e regionais.

Palavras-chave: meio ambiente, sustentabilidade, Agenda 21.

ABSTRACT

This paper is about a reflection that allows us to subsidise policies advanced which sketch emancipated actions. In the last decades, the environmental degradation has increased to intolerable levels, characterized by different stages of economic development and human action, leading us to believe that real and effective measures have to be taken to articulate the growth of the social economic conditions with sustainability. One of the theoretical practical ways concerns the introduction of Agenda 21 which contemplates rules and principles to implement local and regional actions.

Key-words: environment, sustainability, Agenda 21.

1 Centro de Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP) <bassani@uel.br>

2 Centro de Ciências Biológicas – Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Educação (Unicamp) <maylon88@hotmail.com>

Um horizonte novo que se apresenta hoje parece convergir numa procura que encontra, na reflexão ambiental, uma luz para os desafios neste século que se inicia; não de uma ecologia reduzida ao meio ambiente, mas dimensionada a um conceito que, impreterivelmente, passa a ser adotado como ambiente inteiro (BOFF, 2000).

Adotar a reflexão sobre uma ecologia que inclua o ser humano, uma concepção com a integração da visão anterior, ecológica, com a visão atual, ambiental: é para o que nos chama a atenção Morin (1992), em “Terra Pátria”; uma ecologia social que se preocupe com a pobreza, com o ritmo tecnológico, com os rumos do desenvolvimento econômico, tendo em vista que 2/3 dos seres humanos que vivem no planeta não têm uma vida sustentável. Compartilhando com o autor a idéia de que o ser mais ameaçado é sem dúvida o ser humano, condenado a morrer antes do tempo por não ter sustentabilidade, vislumbra-se a possibilidade de reversão de tal quadro por caminhos alternativos aos vigentes.

A reflexão ambiental, apoiada e inspirada em documentos como a Agenda 21, parte de uma nova ótica, de um novo olhar, que é capaz de gerar uma nova ética marcada por uma inter-retrodependência de todos com todos, de forma que seja possibilitado o envolvimento destes atores num processo de mudança. Urge sonhar com as potencialidades desse novo que emerge e nele investir esforços.

Essa visão integradora toma a tônica de debates, do pensar, de atitudes, de comportamentos e de currículos de escolas e universidades. A preservação das especificidades, características e qualidades locais é base para pensar em construir uma comunidade una, diversa e fecunda, na busca de convergências na diversidade.

O que se pretende e se deseja é a construção de um projeto político moldado a partir de uma reeducação com estratégias e práticas adequadas ao nosso tempo, que viabilize o encontro desejado entre homem e natureza, e entre natureza e homem.

Ao que tudo indica, a vida sobre a terra só pode ter nascido de uma mistura do acaso e da necessidade e isto, de certa maneira, determinou a dosagem da vida humana; somos a necessidade e o acaso. Tudo o que temos neste planeta é precioso e ao mesmo tempo frágil, raro, único, mas desastrosamente destinado a um futuro incerto. Desta forma, o conjunto de esforços na elaboração de um novo pensamento e de novas atitudes é um exercício dialógico permanente com essa incerteza.

Vive-se um tempo de morte ecológica, de necrofilia, que desde os anos de 1970 tem se intensificado num ritmo jamais visto, desafio que coloca a necessidade da compreensão de uma consciência ambiental e cidadania planetária.

Na literatura sociológica sobre a questão ambiental, uma das teses que se destaca é a que denuncia o desgaste da natureza mediante a expansão dos padrões desenvolvimentistas do capitalismo. Há um nítido esgotamento do meio ambiente em relação à expansão tecnológica do capital na cidade e no campo, no setor urbano e rural. Essa perspectiva aponta para análises que permitem identificar o estado atual da natureza e as concepções teórico-práticas que os homens, num determinado tempo e lugar, possuem dessa relação.

Nesse sentido, duas grandes dúvidas que surgem quando pesquisadores se deparam com a questão ambiental são as seguintes: os ciclos da natureza serão capazes de sobreviver e recompor o seu curso natural mediante a ação humana? A ação humana compreenderá a necessidade de uma mudança de comportamento e de formas dialógicas de respeitabilidade perante a natureza? Trata-se, desde já, de um conflito permanente entre os ciclos da natureza e os ciclos de ocupação e ação humana, que configura modelos de sociedade, que ao contrário de crescer com qualidade de vida sem condenar o meio ambiente, encontra-se muito aquém da compreensão das relações mais profundas do homem e da natureza.

Entretanto, na fase atual da contemporaneidade capitalista, podem-se encontrar sociedades, regiões e lugares que compreendem esse conflito e buscam soluções adequadas quanto à organização socioeconômica e política, qualidade de vida e preservação, e criam condições adequadas para o desenvolvimento de uma sustentabilidade.

De acordo com Giddens (1994, p. 50), a partir de uma expansão do entendimento do mundo social é possível produzir uma abrangência elucidativa das instituições humanas, com conseqüente controle tecnológico sobre elas,

se a vida social fosse inteiramente separada do conhecimento humano ou se esse conhecimento pudesse ser filtrado continuamente nas razões para a ação social, produzindo passo a passo aumentos na “racionalidade” do comportamento em relação a necessidades específicas.

Nesse contexto, como conciliar uma gestão sustentável com a organização tecnológica das sociedades modernas? Tudo indica que o encontro desse equilíbrio pode-

rá levar a uma nova atividade: o processo de ação e intervenção humana sobre o meio natural com uma nova atitude, trilhando caminhos no sentido de buscar um padrão sustentável de intervenção sobre o meio ambiente.

O conceito de meio ambiente, pensado no final do século XX, no qual a relação homem e natureza ganham uma dimensão inovadora, com acelerado processo de degradação, envolve novas noções, teorizações e práticas que conseguem abarcar concepções que sustentam relações emergentes. Toda tentativa reflexiva é, na verdade, uma busca de um encontro harmônico com a natureza, uma adequação das tecnologias ao ambiente, a reciclagem de materiais e a organização de comunidades regionais, voltando o olhar e os cuidados para o espaço físico onde vivem. Esses aspectos não estão presentes apenas nos movimentos ambientalistas, mas também no pensamento holístico, sistêmico e nos movimentos sociais.

Os estudos apresentados no Clube de Roma, em 1972, apontavam os limites do crescimento da produção, por causa do caráter finito das reservas mundiais de recursos não renováveis, limites estes que se desvinculavam do crescimento populacional, paradoxo que acelera o esgotamento dos recursos naturais, comprometendo a vida sobre o planeta e gerando conflitos e crises intra e inter-regiões e países, antevendo uma catástrofe ambiental e civilizatória. Relatórios já apontavam para um cenário preocupante sobre o futuro do planeta caso esse mesmo padrão de desenvolvimento se mantivesse, reproduzindo desníveis nitidamente identificáveis entre o desenvolvimento humano, e a diferença entre ricos e pobres.

Há indicativos por parte de empresários de interesses na diminuição de índices de contaminação da natureza, desde que não haja redução em suas taxas de lucro. O capital passa a negociar, a camuflar uma redução de produção, desde que não comprometa seu poder de acumulação.

Seguindo a perspectiva de Habermas (1994), o crescimento do capitalismo manteve a sociedade mundial diante de problemas de equilíbrio ecológico e antropológico. Isso porque o modelo em curso pela sua expansão colocase em confronto direto com a natureza.

Nesse sentido, Echeveria (1996, p. 20) afirma que

o dilema ecológico apontado por Habermas decorre do fato de que as sociedades capitalistas não podem proceder à limitação de seu crescimento sem abandonar os princípios que governam sua organização. A mudança de um modelo de crescimento natural, não somente pla-

nejado, para um modelo de crescimento natural não planejado, para um modelo de crescimento qualitativo, que privilegie o reequilíbrio, tanto ambiental como humano, implicaria numa reorganização dos processos produtivos, os quais precisariam ser replanejados em forma de valores de uso. Essa orientação, contudo, implicaria em uma mudança dos valores centrais que orientam o desenvolvimento de forças produtivas no sistema capitalista, e conseqüentemente na mudança da lógica do próprio sistema.

No que se refere à humanidade, pensando num projeto para a modernidade que considere as relações homem-natureza, Habermas sugere que esse tipo de relação seja pautada pela racionalidade instrumental, isto é, por uma racionalidade intersubjetiva e subsumida a normas de consenso; esse agir racional somente poderá se efetivar numa sociedade democrática, existindo um permanente e contínuo conjunto de relações dialógicas que permita a concretização de consensos sobre o agir e as práticas produtivas e ambientais. Numa sociedade democrática e participativa esta perspectiva será possível de se concretizar, sendo essa a maneira como se estabelece o limite e o alcance das efetivas transformações necessárias, no sentido de forjar os limites emancipatórios da convivência humana.

Por essas e outras razões, o modelo de desenvolvimento tecnológico apresenta-se insustentável, o que pressupõe a necessidade da busca pela edificação de um modelo sustentável. Nesse ínterim, faz-se oportuno encontrar uma noção rica e completa do que seja não somente o desenvolvimento material, entendido como criador de novas necessidades sustentáveis, mas também o construto intelectual, cultural, afetivo, ético, solidário e eco-pedagógico.

Uma das perguntas centrais que hoje devem ser formuladas no contexto da academia e de institutos de estudos e pesquisas é de como a universidade e outros centros produtores de ciência e conhecimento, como espaços do pensar e do novo pensar, posicionam-se frente a este dilema. Um indicativo de formulações pertinentes ao tema pode ser encontrado no interior de debates fecundos e dialéticos que propiciem o desenvolvimento de uma prática que oriente a pensar novas alternativas, como já alertava Paulo Freire (1982). Não se trata apenas de modernizar a cultura e a sociedade, trata-se, sobretudo, de “culturalizar” a modernidade e a sociedade. Outrossim, programas e currículos deverão ser, nessa nova realidade, substituídos por

guias de orientação que coloquem o universo, o planeta e a vida humana no centro das análises, guias que reconheçam a condição humana em sua eterna e frágil inter-relação. Como afirma Edgar Morin (2000), é preciso ir além da ruptura entre as fronteiras disciplinares, visando à transformação do que gera essas fronteiras. Obstáculos e resistências são colocados diante da interdisciplinaridade.

É preciso haver maior sintonia entre os estudos ligados ao meio ambiente e desenvolvimento pela universidade, rompendo obstáculos da organização departamental, das áreas de conhecimento e das disciplinas para a construção de espaços institucionalizados para práticas interdisciplinares que permitam experiências e debates relevantes para o enfrentamento do desafio do desenvolvimento sustentável.

A instituição de práticas educativas gera transformações cujo impacto reflete-se no modo de vida do homem, nas condições de saúde e de construção de cidadania. A universidade, diante da progressiva mudança qualitativa e quantitativa da degradação ambiental, deveria priorizar um maior investimento em educação e pesquisa ambiental e propor transformações locais e regionais que se perpetuem nacionalmente, formas de ver o desenvolvimento sustentável como uma utopia.

As críticas pelas quais as instituições de ensino passam são motivo suficiente para defender utopias e ter coragem de ousar e propor atividades em busca de um horizonte de um futuro melhor.

Como diz Boff (2000, p. 331/332),

o único caminho para pensar o futuro parece ser a utopia. E por utopia entendo a exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor por que vale a pena lutar e a que a humanidade tem direito.

Oportunamente, vale lembrar que o conhecimento das partes e do todo depende um do outro. Emerge, dessa postura epistemológica, o desafio da criação de um pensamento e de uma ação que considera esta tese; que reconheça os fenômenos multidimensionais e que não isole de maneira mutiladora cada uma das suas dimensões; que reconheça e trate as realidades, que são concomitantemente solidárias e conflituosas; que respeite a diferença, enquanto considere a unidade. Não obstante, faz-se necessário substituir um

pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une, e estabelecer, mais que tardiamente, uma relação umbilical entre natureza e homem, entre sociedade e centros produtores de conhecimento, entre solidariedade do cosmos e a solidariedade humana. Essas relações não podem ser concebidas de forma reducionista, nem de forma disjuntiva. Nessa dimensão, tanto as ciências naturais como as ciências humanas podem ser articuladas de modo a convergir para a condição humana e ambiental.

É tarefa do ensino, em geral, e da pesquisa, em particular, problematizar o ritmo e os alcances do progresso, da ciência, da técnica e da razão, revelando as profundas ambivalências que há entre elas. A tradição moderna do conhecimento racional parcelou e compartimentou os saberes, impedindo a apreensão e a compreensão de uma temática que precisa ser tecida junta.

A crise que enfrentamos demonstra que paradigmas antigos estão se desmantelando, não conseguem alcançar as profundas transformações da contemporaneidade e, diante disso, novos esquemas estão brotando. Nessa linha de pensar é possível compor algumas considerações: é admissível que o antigo modelo não é mais sustentável – o velho paradigma é insustentável; nele, não é possível encontrar respostas suficientes para as questões do desenvolvimento e da sustentabilidade. Coloca-se, frente a isso, uma leitura que fornece elementos para uma mudança de atitude, uma postura ética e politicamente mais avançada. No processo de construção de novos paradigmas, de paradigmas emergentes, surgem paradigmas intermediários, que se caracterizam como subparadigmas (SOUSA SANTOS, 2000), exatamente a construção da idéia de desenvolvimento sustentável que eventualmente pode gerar sobrevida ao sistema capitalista. Estes se apresentam como elementos transitórios até a construção de um novo paradigma.

O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente discutido na ECO-92 no Rio de Janeiro, surge como pedúnculo necessário à sobrevivência humana, expressando estratégias econômicas destinadas a promover o crescimento e a melhoria das condições de vida sem comprometer o meio ambiente e os recursos naturais.

Embora desenvolvimentistas, preocupados em manter os índices de produção e produtividade do capital, e ambientalistas, preocupados em preservar o meio ambiente das ações perversas do capital, viessem se opondo há décadas, o conceito de desenvolvimento sustentável obrou ambos a entrar para um terreno comum.

A idéia de desenvolvimento associado à sustentabilidade parece ser um absurdo em si, acobertada por um conjunto de conceitos que distorcem a realidade, atribuindo-lhe outros significados. As metas do desenvolvimento rompem as metas da sustentabilidade, as ações entram em choque com as idéias de preservação e de proteção.

Criou-se a ilusão a ambos, desenvolvimentistas e ambientalistas, de que se encontram num fértil e fantasioso terreno para proliferação de vocabulários, palavras e promessas, com escassez de ações. No Brasil, a discrepância entre desenvolvimento e desastre ambiental reflete índices vergonhosos provocados pela incapacidade de a destruição da natureza ser combatida com discursos isentos de ações concretas e efetivas. Diante do fracasso do desenvolvimentismo e do caráter artificial das ações, as palavras perdem a nitidez e o significado do que os fatos realmente representam da realidade.

Em termos efetivos, nestes últimos anos, as iniciativas da sociedade civil, do mundo empresarial e dos municípios não evoluíram em termos de desenvolvimento sustentável como se imaginava. Ao contrário, estamos afundando cada vez mais em pobreza e exclusão de populações, devastações, poluição e contaminação.

O que temos parece constituir-se num modismo nocauteado por instâncias culturais, num quadro conceitual metamorfoseado com termos como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, economia ecológica, sustentabilidade, degradação ambiental, entre outros, cuja tendência é torná-los palatáveis na fabricação de realidades.

Mais desafiante ainda se torna o intento do desenvolvimento sustentável de se manter o modelo econômico atual – com perpetuação da exclusão, injustiça e desigualdade –, em que se excluem das agendas temas da fome mundial e da dívida externa, num recorte de contemplação de padrões de consumo insustentáveis.

Mesmo diante das “vantagens” trazidas pela globalização, os países periféricos, fortemente dependentes e copiadores dos centrais, não garantem competitividade em termos de desenvolvimento e acabam por barganhar em termos de sua riqueza maior, como os recursos naturais. É preciso haver um controle na transferência de matérias primas dos países periféricos para os centrais, que muitas vezes apenas destrói *habitats* sem um retorno econômico satisfatório. A se manter este cenário de insustentabilidade, com reprodução dos modelos econômicos dos países centrais em países periféricos, progride vertiginosamente a ilusão da associação entre sustentabilidade e desenvolvimento.

O que deveria se caracterizar por ser um conceito sadio meramente constitui-se numa farsa, numa aparente e mirabolante articulação que, na verdade, não passa de um mito. Num vácuo de concretizações, a idéia de desenvolvimento sustentável passa a evoluir como uma fábula, uma ilusão que assiste passo a passo à barbárie ambiental.

Apesar de a degradação ambiental ancorar-se nos imperativos da modernidade e haver uma sacralização e ideologização do econômico, faz-se urgente dar um salto ecológico e fazer parte do lado moderno da sociedade, criando novos sentidos e valores em busca da substituição da lógica do mercado pela lógica da sustentabilidade, harmonizando objetivos sociais, ecológicos e econômicos, com ampliação do trabalho de conscientização ecológica e com rígida aplicabilidade da legislação ambiental.

Em termos socioeconômicos, a globalização neoliberal em curso implementou um mercado sem fronteiras, em que bens e capitais pudessem se deslocar livremente, mas não as pessoas. Tudo girando em torno da lei da oferta e da procura, longe, portanto, de dar prioridade à sustentabilidade ou à democracia na condução dos assuntos do mundo.

O mercado passa a ser o valor supremo da política, sendo que todos os indicadores têm demonstrado que a expansão do mercado ocorre simultaneamente com a degradação ambiental. Florestas desaparecem, rios são poluídos, os solos se desgastam e o ar se enche de dióxido de carbono. Isto porque os modelos de desenvolvimento convencionais desperdiçam o capital natural e social; geram pouca compatibilidade entre mercado e sustentabilidade, num círculo vicioso em que se mantém o baixo investimento de capital social pela modernidade capitalista.

As articulações entre os processos ecológicos, tecnológicos e culturais determinam as formas de apropriação e transformação da natureza, podendo ou não gerar um resultado eco-tecnológico sustentável.

A Agenda 21, neste momento, deve ser pensada e refletida à luz de projetos de ensino, pesquisa e extensão que procurem implementar atividades sustentáveis. As práticas acadêmicas, numa etapa de construção de novos referenciais, adquirem um tratamento no que tange a aspectos teóricos e práticos de espaços profissionais, visando à moldagem de cidadãos comprometidos com seu tempo-lugar, geográfico e político. O cenário provoca um debate abrangente sobre a questão, com diagnósticos e prognósticos cuidadosos em que as pessoas comportam-se como atores de um processo ético e permanente de transformação.

Vale lembrar que a Agenda 21 e a Carta da Terra, não são textos prontos e acabados. Constituem-se, sobretudo, num referencial permanente para pensar e repensar novas situações. Os grandes desafios ambientais elencados nesses documentos, apresentados como as principais questões para o conjunto da humanidade, estabelecem uma agenda de consenso, na qual pesquisadores e educadores podem buscar inspiração e estímulos a partir de esforços interpretativos. Nesses documentos, as orientações e recomendações são formuladas de maneira que venham a servir como uma direção na construção e reconstrução de um saber e de uma prática.

Os movimentos sociais, as ONGs, as comunidades rurais, as associações de moradores, as Igrejas, os sindicatos, as cooperativas, e outras inúmeras organizações populares procuram, diferentemente mobilizar-se a fim de incorporar em suas diretrizes táticas e estratégias da Agenda 21 global e a partir de suas experiências formular agendas locais. É importante frisar que a Agenda não é estritamente ambiental; aborda questões socioambientais, socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais, como também uma proposta de uma nova ética política e tecnológica.

É nesse espaço que se constroem a cidadania e o ser consciente capaz de enfrentar os desafios mais emergentes. Não se trata de homogeneizar a moldagem de cidadãos, mas edificar a partir de cada realidade a construção de um pensamento e um futuro sustentável, respeitando-se as diversidades.

Percebe-se no plano governamental que o discurso sobre a Agenda e a sustentabilidade caminham para lados opostos. O atendimento das necessidades básicas da população, a geração de postos de trabalho e de renda, a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente não constituem pautas de preocupações de práticas e políticas, seguem vilipendiados, alvo de dissimulação da maioria das pessoas.

As avaliações dos impactos e das conseqüências dos desastres ambientais que se sucedem parecem não incomodar parcela significativa da população e dos dirigentes governamentais. A frieza dos números impregnou de tal forma os diagnósticos ambientais que se constroem prognósticos insensíveis às vistas da maioria da população; naturalizou-se a morte da natureza.

A Agenda 21, como um vasto programa de ações aprovado pela ECO-92 e assumido na forma de compromisso por 179 países e que se constitui no maior compro-

misso internacional já firmado, gangrena ao ter metas estabelecidas que estão longe de sair do papel.

Chama a atenção o fato de o maior país poluidor do planeta, os EUA, se negar a cumprir acordos internacionais, quase sempre ineficazes, em defesa de interesses nacionais e das corporações por eles representadas, possibilitando antever o final do período de incertezas e na aceitação de um futuro, não muito distante, em que a ruína do meio ambiente seja uma lamentável realidade. A sustentabilidade fica à mercê de um jogo tenso de flutuações internacionais do capital.

Soluções que apontem para a sustentabilidade promovem a implementação de atividades sustentáveis. Debatê-la é aproximar a retórica do desenvolvimento da realidade. Nesse contexto, é imprescindível a busca de pistas para avançar no sentido do crescimento sem destruição.

Em face desse panorama, urge estimular uma aptidão para o exercício de trilhas e mapas que orientem para um pensamento que organize princípios articuladores de novos saberes, com novos sentidos. Essa aptidão prepara o indivíduo, cidadão e profissional emancipado para tratar dos problemas fundamentais da condição humana contemporânea. A questão ambiental exige um conhecimento constante e contextualizado que objetive a busca de relações e inter-relações entre as partes e o todo. Nesse caminho, vale propor a todos os envolvidos num grande projeto político-acadêmico e social assumir, nos seus espaços e entornos, a mudança de padrões comportamentais perante a natureza e a sociedade.

Ao que tudo indica, o ser humano não quer ser apenas beneficiário, mas participante de processos educativos e decisórios em curso. Cada sujeito se torna responsável pelo mundo e, na relação com este, contribui no ato de pensar e recriar constantemente. A criação é formada por uma pré-condição de aprendizagem que regula e estimula a formação de novos elementos associados aos já existentes. Na perspectiva dessa busca, a sina é encontrar os elementos que possam compor o melhor tecido, a melhor sonorização, o melhor enredo, o melhor roteiro.

De forma contundente pode-se dizer que um projeto civilizacional participativo já encontra-se em fase de moldagem. Esse projeto fornece parâmetros e medidas alternativas, diante de um cenário de destruição, devastação e insustentabilidade.

Boff (2000, p. 102), diante dessa mesma discussão, apresenta três eixos: a sustentabilidade ecológica da terra e das sociedades; a diversidade biológica e cultural; e a par-

ticipação e encontros nas relações sociais e nas formas de governo.

A partir desses eixos e premissas, a insustentabilidade tende a ceder seu lugar para um contexto sustentável, para uma vivência mais humana. Esses eixos permitem construir um paradigma que trilhe no sentido da ultrapassagem da modernidade; modernidade esta assentada por ações mecânicas, atomísticas, deterministas, fragmentadoras, dualistas e excludentes. Este paradigma tem imposto ao planeta um sistema único, convergente e global, cujos reflexos transformam-se em dominação e autoritarismo, em patamares locais e mundiais, numa sistemática agressão à biosfera e à biodiversidade. É preciso encontrar um ponto de equilíbrio, a busca de um novo modelo que não se sustente em padrões únicos, respeitando a biodiversidade.

Questões econômicas, sociais e ecológicas devem ser consideradas visando à sustentabilidade humana e social, num sentimento mútuo de compromisso com a biosfera. A avaliação de valores e comportamentos permite às pessoas encontrar, individual ou coletivamente, alicerces para viver de maneira sustentável, gerando transformações cujos impactos estender-se-ão no modo de vida e na construção da cidadania.

A centralidade da sustentabilidade na preservação da vida do planeta faz parte de sinergias oriundas de diferentes regiões e pessoas. Nessa caminhada diante do desafio do desenvolvimento sustentável, brotam inúmeras oportunidades de vivenciar práticas positivas, mas as ameaças ao meio ambiente insistem em se manter, com graves consequências sociais e ambientais. Sob esse prisma, a barbárie contra o meio ambiente fortalece a encruzilhada entre o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Como falar de sustentabilidade em um mundo em guerra? Evidentemente há experiências locais satisfatórias, porém a população tem pouco a comemorar em termos de sustentabilidade.

Dependendo da forma de olhar a questão do desenvolvimento sustentável, da escala na qual o foco de análise está concentrado (o foco do olhar), resultará uma leitura que poderá superestimar ou até mesmo subestimar as experiências de sustentabilidade. Muitas vezes ocorre a superestimação de experiências locais; a leitura pode ser feita de forma fragmentada, de um fato em si (que é limitante e limitado) com pretensas generalizações, e daí a importância da dimensão do olhar. Esse olhar pode ser decodificado a partir de uma visão de escala.

Essa escala, de conotação política na definição do objeto de estudo, é carregada de intencionalidades e destas vai depender o alcance político das reflexões dela derivadas.

De fato, toda observação e leitura dessa temática exigem rigor e cuidado redobrado na maneira como os elementos que compõem a análise são captados. Qualquer leitura apressada ou desatenta poderá estar, por uma mera ideologia do problema, dificultando sua separação ou até mesmo sua identificação. Toda leitura é sempre parcial, é um recorte do problema, e a compreensão deste é influenciada pela forma de inserção na questão em foco.

No que se refere a uma análise via escala, hoje, apesar da retórica sustentável, não é possível encontrar modelos em grande escala, os modelos são de micro e média escala, fato justificado no discurso e prática do desenvolvimento sustentável.

Uma conduta ambiental favorável não se constrói por imposição datada por determinações de grandes conferências, nem como planificações globais. A construção de uma nova ordem social, econômica e ecológica orienta-se por valores culturais e políticos diversos que resultam de diferentes interesses opostos, conflitantes e contraditórios.

Na comunidade, na pequena e média localidade, os princípios apontados anteriormente tomam todos os seus sentidos: da diversidade cultural, do desenvolvimento socioprodutivo e da participação social. Na comunidade local se encontram as raízes do desenvolvimento sustentável, nas condições da diversidade ecológica, cultural e econômica, propícias para gerar um equilíbrio entre essas partes e determinar as formas de apropriação social da natureza.

É isso que se quer dizer com o princípio de equidade que é indissociável dos objetivos do desenvolvimento sustentável: possibilitar a distribuição dos custos ecológicos com o acesso dos atuais grupos, classes, instituições e diferentes segmentos sociais, todos se apropriando e atuando como co-responsáveis pelos recursos ambientais da região, garantindo um compromisso com as gerações futuras.

Faz-se necessário o entendimento do papel que cada ser humano terá na repartição justa dos custos da degradação e contaminação ambiental, e isto vai além de uma análise e validação dos custos e benefícios derivados das formas atuais de exploração e uso da natureza.

Diante do entendimento de como se efetiva a degradação, a contaminação ambiental e a exclusão social, a problemática nos remete muito além de uma simples análise e avaliação das formas atuais de exploração humana e uso da natureza.

Em se tratando de uma democracia ambiental é necessário construir e creditar uma concepção aos custos de modelos e da equivalência das necessidades, ou seja, construir um novo paradigma que indique as equivalências das reais necessidades de vida, para a definição de estratégia de apropriação da natureza. Essa reapropriação da natureza requer a construção de um equilíbrio na diversidade. E isso implica, segundo Leff (2001, p. 77).

a autonomia cultural de cada comunidade, a autodeterminação de suas necessidades e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. Estes processos definem as condições de produção e as formas de vida de diversos grupos da população com relação ao manejo sustentável de seu meio.

A equidade da sustentabilidade não deve ser orientada por um padrão único de bem estar, de qualidade de vida. É necessário dar menos importância ao domínio valorativo do mercado e do Estado, e passar a ter uma perspectiva de racionalidade ambiental ditada pelos valores culturais e pelos interesses sociais de cada lugar, do lugar onde vivem as pessoas. Mesmo porque esta reapropriação deve apontar para uma gestão coletiva dos bens e serviços ambientais da comunidade.

A busca de um possível equilíbrio ou uma equidade de sustentabilidade não deve ser orientada por um padrão

único de bem-estar e qualidade de vida. Em cada lugar onde as pessoas vivem deve-se buscar um envolvimento sustentável. Somente assim expressões como autonomia, autodeterminação, autogestão, potencialidades, formas alternativas, ética ambiental e reencantamento da vida ganhariam um novo sentido e um novo significado.

Compete, nesta fase de transição paradigmática, construir um padrão socioambiental que incorpore a inovação e a preservação e traga qualidade de vida a partir de tais necessidades, idealizando uma sociedade sustentável.

Para Leff (2001, p. 99),

as demandas ambientais promovem a participação democrática da sociedade no uso e manejo dos recursos atuais e potenciais, assim como a construção de novos estilos de desenvolvimento, fundados em princípios de sustentabilidade ecológica, equidade social, diversidade étnica e autonomia cultural.

É desse modo que a consciência ambiental vai sendo construída, antepondo-se a um discurso desenvolvimentista. E o ambientalismo abre espaço para a construção de uma nova racionalidade social e produtiva, carregando consigo um projeto civilizatório muito mais avançado do que o que aí está.

Refletir sobre modelos sustentáveis constitui um desafio. Sabe-se da importância da aptidão para construir estabilidade novas e sensibilizar-se ambientalmente em todos os sentidos, principalmente no sentido do consumo voraz e padronizado de produtos. Sabe-se da necessidade de refletir sobre a qualidade das relações homem-natureza e do fortalecimento do senso de responsabilidade e solidariedade.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ECHEVERRIA, Thais Martins. As relações homem-natureza e o diálogo ecológico. *Temáticas*, ano 4, n. 7, 1º semestre de 1996, São Paulo: IFCH/Unicamp, p. 9-30.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1994.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria da ação comunicativa*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1994.

LEFF, Henrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. *Terra Pátria*. São Paulo: Pólis, 1992.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Crítica à razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.